

Educação aumenta igualdade de renda e mobilidade social

Estudo do Ipea mostra que o estudo é um bem mais fácil de distribuir que outros ativos

GUSTAVO ALVES

RIO – O investimento contínuo na expansão da educação é fundamental para aumentar a igualdade de renda e a mobilidade social, segundo o estudo “Educação e Desenvolvimento Econômico Equitativo”, produzido pelos economistas Ricardo Paes de Barros, Ricardo Henriques e Rosane Mendonça, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Os três autores alertam no trabalho que o País, em termos educacionais, está no mínimo uma década atrás de outros países com nível similar de desenvolvimento.

Elaborado para ser divulgado em um congresso no Chile, a análise dos economistas acrescenta que a formação educacional é um bem mais fácil de ser distribuído do que outros ativos, cuja repartição é neces-

sária para melhorar a distribuição de renda, como a terra. Segundo os economistas, o atraso brasileiro no treinamento e formação de seus trabalhadores é resultado da redução da velocidade de diminuição do analfabetismo no País, a partir de 1955, até cinco anos atrás.

De acordo com os economistas, apenas um ano a mais de estudos pode incrementar a taxa de crescimento econômico de um país em 0,35 ponto percentual. Caso a média de tempo de educação da população brasileira passasse dos atuais cinco anos e meio para oito anos, o crescimento da renda per capita elevaria-se para 0,9 ponto percentual, a taxa de exportações, 1,8 ponto porcen-

tual, e o nível do salário nas indústrias, 2,1 ponto percentual.

O aumento da educação também provoca efeitos benéficos em outros indicadores sociais, que têm efeito no desenvolvimento econômico. Caso houvesse o aumento do número de anos de estudo proposto pelos autores do trabalho, eles calculam que a redução da taxa de mortalidade infantil seria de 39%. Ao mesmo tempo, o crescimento da população seria diminuído em 0,65 ponto percentual.

Valorização – A deficiência educacional aumenta a desigualdade por outro efeito, segundo os economistas. A escassez de trabalhadores qualificados, em um país como o Brasil, torna o estudo um bem mais valorizado do que em outros países, com população de menor nível educacional.

À medida que o problema é sanado, a importância do estudo, para determinar níveis de salário, diminui.

“A concentração de renda é o reflexo de uma sociedade que discrimina o acesso à

educação”, explica Ricardo Henriques, um dos autores. A análise dos economistas do Ipea avisa que, apesar de há cinco anos ter havido mudanças na política educacional no Brasil, que mudarão a velocidade da redução do analfabetismo, esses efeitos só serão sentidos na próxima década.

De acordo com os estudiosos, o maior obstáculo ao aumento da alfabetização não é a disponibilidade de escolas ou a maior atratividade do mercado de trabalho para crianças. A pouca importância dada ao estudo por pais que não tiveram suficiente educação, afirmam os autores da pesquisa, é o fator que pode atrapalhar as políticas públicas educacionais. (AE)

P AÍS DÃO
POUCA
IMPORTÂNCIA
À ESCOLA

ESTADO DE SÃO PAULO

6661 LNO 01